



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

ESTADO DE MINAS GERAIS

### **PORTARIA Nº 001/2015 - SMF**

*Veda a emissão de Nota Fiscal de Prestação de Serviços – NFS-e para as atividades de locação de bens móveis não previstas na Lei Complementar 116/03 e dá outras providências.*

O Secretário Municipal de Finanças de Itaúna-MG, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 86, parágrafo único, incisos I, IV e V, da Lei Orgânica Municipal e artigo 39 do Decreto 6.177/2015, e considerando:

I – Que o disposto no artigo 205 da Lei 1385/77, Código Tributário Municipal, determina a obrigatoriedade da emissão de nota fiscal de serviço em todas as operações que constituam fato gerado do ISSQN, assim definido: “*art. 205 - É obrigatório, por parte dos contribuintes sujeitos ao regime de lançamento por homologação, a emissão de nota fiscal de serviço, em todas as operações que constituam ou possam a vir constituir fato gerador do imposto, na forma estabelecida neste Código*”.

II – Que o Decreto 6177/15, que regulamentou o artigo 205 do CTM, aduziu em seu artigo 19: *Ficam obrigados a emitirem exclusivamente a Nota Fiscal de Serviços (NFS-e) todos prestadores de serviços, considerando-se todos os estabelecimentos da pessoa jurídica situados no Município de Itaúna-MG. Trazendo ainda em seu Parágrafo Único: A Nota Fiscal de Serviços (NFS-e) deve ser emitida por ocasião da prestação de serviço, nos termos do artigo 205 da Lei nº 1.285/77 e suas alterações.*

III – Que a Lei Federal 8846/94, quando trata da emissão de documentos fiscais e o arbitramento da receita mínima para efeitos tributários, prevê em seu art. 1º a possibilidade da emissão de recibo ou documento equivalente para efeito da legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.



IV - Que a própria Receita Federal do Brasil, por meio da Solução de Consulta COSIT nº 295, de 14 de outubro de 2014, manifestou entendimento acerca da não obrigatoriedade de emissão de nota fiscal nos casos das operações relativas à locação de bens sem qualquer serviço a ele associado.

V - Que o artigo 1º da Lei Complementar 116/2013 preceitua que o ISSQN tem como fato gerador a prestação de serviços constante na lista anexa, e que locação de bens móveis não constitui uma prestação de serviços, mas disponibilização de um bem para utilização do locatário sem a prestação de um serviço.

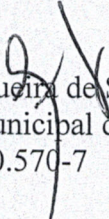
### **RESOLVE:**

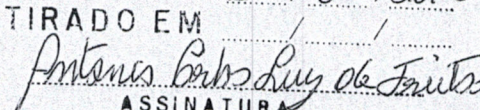
**Art. 1º** - Fica vedado a emissão de Nota Fiscal de Prestação de Serviços – NFS-e referente à locação de bens móveis.

**Parágrafo Único** – A vedação prevista no *caput* se dá apenas na locação pura e simples, ou seja, quando a posse direta do bem é transferida ao locatário para uso e gozo nos termos da Lei Civil.

**Art. 2º** – A administração direta e indireta do Município de Itaúna fica autorizada a receber como documentação válida para comprovação da realização de atividade de locação de bem móvel a emissão de recibo, fatura ou documento equivalente.

Gabinete do Secretário, 12 de agosto de 2015.

  
Leandro Nogueira de Souza  
Secretário Municipal de Finanças  
Matrícula 100.570-7

<b>QUADRO DE AVISOS</b>	
AFIXADO EM	13 / 08 / 2015
RETIRADO EM	
	
ASSINATURA	